



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

Do campo ao urbano periférico: impactos das migrações no espaço Amazônico

Lucileia Ferreira de Araújo ¹

Adria Prado Montenegro ²

Resumo

O presente artigo analisa os impactos das migrações rurais na formação e expansão dos espaços urbanos periféricos na Amazônia principalmente na cidade de Manaus/AM, destacando as transformações sócio-espaciais decorrentes do êxodo rural. A pesquisa aborda os fatores econômicos, sociais e territoriais que impulsionam o deslocamento populacional do campo para as cidades amazônicas, especialmente em função da modernização agrícola, da concentração fundiária. Argumenta-se que o crescimento desordenado das periferias urbanas amazônicas está diretamente relacionado aos fluxos migratórios internos, produzindo desigualdades sociais, ocupações irregulares, pressão sobre os serviços públicos e alterações no espaço geográfico regional. A metodologia utilizada baseia-se no método dialético como norteador da pesquisa, permitindo compreender as contradições existentes entre o espaço rural e o urbano periférico na Amazônia. Além disso, realizou-se uma revisão bibliográfica e análise qualitativa de estudos sobre migração, urbanização e geografia agrária amazônica. Conclui-se que as migrações rurais representam um importante elemento estruturador do espaço amazônico contemporâneo, contribuindo para a redefinição das relações entre campo e cidade.

Palavras chave: Migração rural-urbana; Amazônia; Urbanização periférica; Geografia agrária; Espaço amazônico.

From the countryside to the urban periphery: the impacts of migration on the Amazon region

Abstract

This article analyzes the impacts of rural migrations on the formation and expansion of peripheral urban areas in the Amazon, especially in the city of Manaus/AM, highlighting the socio-spatial changes resulting from rural exodus. The research addresses the economic, social, and territorial factors that drive population movement from the countryside to Amazonian cities, particularly due to agricultural modernization

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Geografia, atuando como professora efetiva na Secretaria Estadual de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC), e-mail: lfda.mge25@uea.edu.br

² Graduada em Licenciatura Plena em Geografia, atuando como professora efetiva na Secretaria Estadual de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC), e-mail: apbm.mge25@uea.edu.br

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

and land concentration. It is argued that the disorderly growth of Amazonian urban outskirts is directly related to internal migration flows, leading to social inequalities, irregular settlements, pressure on public services, and changes in the regional geographic space. The methodology used is based on the dialectical method as a guide for the research, allowing an understanding of the contradictions between rural areas and the urban periphery in the Amazon. In addition, a literature review and qualitative analysis of studies on migration, urbanization, and Amazonian agricultural geography were conducted. It is concluded that rural migrations are an important structuring element of contemporary Amazonian space, helping to redefine the relationships between the countryside and the city.

Keywords: Rural-urban migration; Amazon; Peripheral urbanization; Agrarian geography; Amazonian space.

1. Introdução

A Amazônia brasileira configura-se como um dos espaços mais complexos e estratégicos do território nacional, tanto pela sua diversidade socioambiental quanto pelas intensas transformações territoriais decorrentes da expansão capitalista sobre a região. Historicamente marcada pela predominância de atividades extrativistas, agrícolas e pela ocupação dispersa no meio rural, a região experimentou intensos fluxos migratórios internos, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Esses deslocamentos populacionais foram impulsionados pela expansão da fronteira agrícola, pela concentração fundiária, pela modernização das atividades produtivas e pela crescente urbanização regional. Ao longo do século XX, sobretudo a partir das políticas de integração nacional implementadas durante o regime militar, a Amazônia passou a ser incorporada de maneira mais intensa à dinâmica econômica brasileira, promovendo profundas alterações na organização do espaço regional (BECKER, 2001).

Nesse contexto, a expansão da fronteira agrícola, os projetos de colonização, a abertura de rodovias e os incentivos estatais à ocupação territorial impulsionaram significativos fluxos migratórios internos, alterando as relações históricas entre campo e cidade na região amazônica.

A intensificação desses deslocamentos populacionais não apenas ampliou a urbanização regional, mas também redefiniu as formas de produção do espaço, evidenciando contradições socioeconômicas inerentes ao processo de desenvolvimento amazônico (SANTOS, 1993).

O processo migratório do campo para as cidades amazônicas ocasionou importantes mudanças na organização espacial, contribuindo para o crescimento acelerado dos centros urbanos e para a formação de extensas áreas periféricas. Muitas famílias migrantes, ao deixarem o espaço rural em busca de melhores condições de vida, emprego, acesso à educação e serviços básicos, passaram a ocupar áreas urbanas carentes de infra-estrutura, ampliando os problemas sociais e ambientais nas cidades.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como as migrações influenciam a configuração do espaço amazônico, principalmente no que se refere à relação entre o rural e o urbano periférico. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos das migrações rurais na formação das periferias urbanas amazônicas, destacando suas consequências sociais, econômicas e territoriais.

O estudo adota o método dialético como norteador da pesquisa, o que permite compreender as profundas contradições existentes entre o espaço rural e o urbano periférico na Amazônia. Sob essa ótica, a região não é vista apenas como um repositório de recursos naturais, mas como um produto social construído por relações de poder, produção e conflito.

A relevância acadêmica da temática reside na necessidade de aprofundar as discussões acerca das relações entre mobilidade populacional, urbanização periférica e reestruturação territorial na Amazônia, contribuindo para reflexões críticas sobre planejamento urbano, desenvolvimento regional e justiça sócio-espacial. Além disso, o estudo busca evidenciar que as migrações não devem ser compreendidas apenas como deslocamentos demográficos, mas como fenômenos profundamente vinculados às dinâmicas estruturais do capitalismo e às desigualdades históricas que caracterizam o espaço amazônico (HAESBAERT, 2004).

2. A Dinâmica Agrária e as Migrações na Amazônia

Segundo Silva (1999), as transformações ocorridas no meio rural brasileiro alteraram profundamente as formas de produção e de organização social do campo. Na Amazônia, esse processo assumiu características particulares em razão da expansão da fronteira agrícola e da incorporação de novas áreas ao circuito produtivo nacional. Tais mudanças contribuíram para intensificar os deslocamentos populacionais e a reorganização dos territórios rurais. A expansão de atividades voltadas à produção de commodities agrícolas promoveu mudanças significativas na estrutura fundiária amazônica.

Conforme Oliveira (2007), a lógica de valorização da terra como mercadoria fortaleceu a concentração fundiária e ampliou os conflitos territoriais. Como consequência, muitos trabalhadores rurais passaram a encontrar dificuldades para permanecer em suas áreas de origem. Além dos fatores econômicos, as migrações também estão relacionadas à busca por melhores condições de acesso à educação, saúde e infra-estrutura. Muitas comunidades rurais enfrentam limitações históricas na oferta de serviços públicos, tornando os centros urbanos importantes pólos de atração populacional. Dessa forma, as migrações expressam tanto processos de expulsão quanto mecanismos de atração territorial.

As transformações recentes no espaço agrário amazônico evidenciam a intensificação da lógica capitalista sobre a terra, promovendo novas formas de uso e apropriação dos recursos naturais. Conforme destaca Oliveira (2007), a terra passa a ser tratada como mercadoria, subordinada aos interesses do capital. Esse processo favorece grandes empreendimentos e amplia a exclusão de populações tradicionais. Como

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

resultado, intensifica-se a expulsão de trabalhadores rurais. Assim, a migração surge como consequência direta dessas transformações estruturais.

Além disso, a inserção da Amazônia no mercado global contribuiu para redefinir suas dinâmicas produtivas e sociais. De acordo com Becker (2001), a região passou a ser integrada à economia nacional e internacional como fronteira de expansão econômica. Esse movimento estimulou a produção de commodities e a modernização agrícola. Contudo, também promoveu a substituição de práticas tradicionais por modelos mecanizados. Nesse contexto, muitos trabalhadores foram excluídos, intensificando os fluxos migratórios.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação do Estado na organização do espaço agrário amazônico. Conforme analisa Martins (1991), a modernização do campo brasileiro ocorreu de forma excludente, promovendo a expropriação dos pequenos produtores. As políticas públicas priorizaram grandes projetos de desenvolvimento em detrimento da agricultura familiar. Isso contribuiu para o aumento das desigualdades no campo. Assim, a migração revela também a insuficiência das políticas agrárias no país.

É importante destacar que as migrações não representam apenas deslocamentos físicos, mas também processos sociais complexos. Segundo Santos (1993), o espaço geográfico é resultado da interação entre objetos e ações humanas. Nesse sentido, os migrantes carregam saberes e práticas que influenciam os novos territórios. Ao mesmo tempo, enfrentam dificuldades de adaptação e inserção social. Portanto, as migrações são fundamentais para compreender a produção do espaço amazônico.

As questões agrárias e os processos migratórios na Amazônia não podem ser entendidos apenas como deslocamentos populacionais, mas como parte de uma longa trajetória histórica marcada por disputas territoriais, conflitos fundiários e políticas de ocupação que transformaram radicalmente a região. A expansão da fronteira agrícola e o avanço do agronegócio intensificaram a pressão sobre comunidades tradicionais, promovendo tanto a reorganização do espaço rural quanto a urbanização periférica.

Conforme Conceição (2023), a Amazônia é um território de complexas disputas geopolíticas, em que terras, águas e florestas se articulam como recursos estratégicos. Nesse contexto, a Geografia Agrária permite compreender como a apropriação desigual da terra condiciona os fluxos migratórios e redefine as dinâmicas sócio-espaciais, revelando que a migração é consequência direta da lógica capitalista de produção e da concentração fundiária.

De acordo com Santos (1993), “o espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, o que permite entender que as transformações agrárias na Amazônia não ocorrem de maneira isolada, mas articuladas às dinâmicas econômicas e políticas do capitalismo. A expansão das grandes propriedades rurais e das atividades agropecuárias promove alterações no uso da terra e expulsa populações camponesas e tradicionais, intensificando os fluxos migratórios para os centros urbanos.

Martins (1991) enfatiza que os fluxos migratórios estão profundamente vinculados às transformações estruturais do campo brasileiro, especialmente à concentração fundiária e à expansão do capitalismo agrário. A migração, nesse sentido, não é apenas um movimento espontâneo, mas uma resposta às condições de

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

expropriação impostas pelo avanço do agronegócio. Quando Martins afirma que “a migração é uma das expressões da expropriação do trabalhador rural”, evidencia que o deslocamento populacional representa uma estratégia de sobrevivência diante da perda das condições materiais de reprodução da vida no campo, revelando a face social das contradições do desenvolvimento desigual.

A expulsão de pequenos produtores, posseiros, ribeirinhos e agricultores familiares de seus territórios tradicionais resulta em processos de desterritorialização que os obrigam a buscar alternativas nos centros urbanos. Dessa forma, o movimento do campo para a cidade não deve ser interpretado apenas como uma mudança espacial, mas como consequência das contradições inerentes ao desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço agrário. Lefebvre (1991) contribui para essa discussão ao afirmar que “o espaço é um produto social”, sendo construído pelas relações de poder, produção e conflito. Assim, a dinâmica agrária amazônica revela que o espaço rural não é apenas cenário das transformações econômicas, mas resultado das disputas entre diferentes agentes sociais, como o Estado, o capital e os povos do campo.

Na Amazônia, o avanço do capital sobre o espaço agrário contribuiu para a expulsão de pequenos agricultores, indígenas e camponeses ribeirinhos, gerando conflitos sociais e ampliando a urbanização periférica. Oliveira (2007) aponta que a fronteira agrícola brasileira não se expande de forma linear, mas por meio de processos desiguais e contraditórios que priorizam a transformação da terra em mercadoria. Esse movimento é marcado pelo embate constante entre o campesinato, que busca na terra um meio de reprodução da vida, e o agronegócio, voltado para a produção de commodities. Historicamente, essa dinâmica foi intensificada pelas políticas de integração nacional do Estado brasileiro nas décadas de 1960 e 1970. Becker (2001) destaca que a Amazônia foi incorporada à economia nacional como fronteira de recursos e expansão geopolítica, promovendo alterações profundas na organização regional. A abertura de grandes eixos rodoviários, como a Transamazônica e a BR-319, funcionou como vetor de atração para fluxos migratórios, mas também intensificou conflitos fundiários e exclusão social.

As cidades amazônicas, ao se tornarem pólos de atração migratória, passaram a concentrar populações em busca de trabalho, renda e acesso a serviços básicos. Contudo, a urbanização acelerada não foi acompanhada por políticas públicas de infraestrutura e habitação, resultando em periferias marcadas pela precariedade.

Martins (1991) denomina esse processo como “expropriação do trabalhador rural”, pois a modernização agrícola e a concentração fundiária, em vez de democratizar o acesso à terra, intensificaram a expulsão de agricultores familiares, indígenas e ribeirinhos. Assim, a migração para os centros urbanos amazônicos revela não apenas a busca por oportunidades, mas também a face excludente do desenvolvimento agrário.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

Figura 1 – Registro conflito no campo de 2026.



Fonte: (TERENA, 2026).

De acordo com a figura 01, o Amazonas registrou 98 ocorrências de conflitos no campo em 2025, envolvendo 116.415 pessoas, segundo dados do Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2025 – Amazonas, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Apesar da redução em relação a 2024, quando foram registrados 132 casos, o relatório aponta a permanência de um cenário de forte pressão sobre povos indígenas, posseiros e comunidades tradicionais, com a disputa por terra concentrando a maior parte dos conflitos.

Dos registros, 89 estão relacionados à terra, afetando diretamente milhares de famílias, com destaque para ameaças de expulsão, invasões, desmatamento e ações de intimidação. Os fazendeiros aparecem como principais agentes envolvidos, seguidos por empresários, além de casos atribuídos ao governo federal e estadual.

A distribuição territorial mostra maior concentração de conflitos no sul do Amazonas, especialmente em Boca do Acre e Lábrea. A CPT alerta ainda que, embora haja redução no número total de ocorrências, o impacto social permanece elevado, com aumento expressivo no alcance dos conflitos hídricos e registros de assassinatos ligados às disputas no campo em nível nacional.

Na Amazônia, as transformações territoriais decorrem da articulação entre as estruturas físicas implantadas no território e as estratégias políticas e econômicas voltadas ao desenvolvimento regional. Esse processo tem redefinido o uso da terra e intensificado a concentração fundiária, criando condições que frequentemente limitam a reprodução social das populações rurais e contribuem para o deslocamento de trabalhadores do campo para as cidades.

A compreensão da urbanização periférica e das migrações na Amazônia exige reconhecer que a região não apenas reproduz os padrões de segregação sócio-espacial presentes em outras metrópoles brasileiras, mas também apresenta especificidades que a tornam singular. A Amazônia, ao ser incorporada como fronteira de expansão econômica e geopolítica, passou a ocupar um papel estratégico na economia global,

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

subordinando seus territórios às demandas do capital internacional. Esse processo, conforme Becker (2001), redefiniu as dinâmicas produtivas e sociais, promovendo a substituição de práticas tradicionais por modelos mecanizados e intensivos. Contudo, essa integração ampliou a vulnerabilidade socioambiental, pois comunidades indígenas, ribeirinhas e agricultores familiares foram deslocados para áreas periféricas urbanas, muitas vezes sem infra-estrutura adequada. A urbanização periférica, nesse contexto, revela não apenas desigualdades sociais, mas também a fragilidade ambiental de uma região marcada por ocupações em áreas de risco, como margens de igarapés e zonas alagáveis. Assim, a Amazônia se configura como espaço de contradições: ao mesmo tempo em que é vista como fronteira de recursos pelo capital, é também território de resistência de populações tradicionais, que lutam pela permanência e pelo reconhecimento de seus modos de vida. A análise crítica desse processo evidencia a urgência de políticas públicas que articulem inclusão social, sustentabilidade ambiental e respeito à diversidade cultural, sob pena de aprofundar ainda mais as desigualdades sócio-espaciais na metrópole amazônica.

2.1 - Urbanização Periférica e Desigualdades Sócio-Espaciais na Metrópole Manaus

A urbanização periférica em Manaus deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de reorganização territorial da Amazônia. A concentração de investimentos econômicos na capital estadual reforçou seu papel como principal centro de serviços e oportunidades de trabalho, atraindo contingentes populacionais provenientes de diversas localidades do estado e da região Norte.

Conforme Corrêa (2004), o espaço urbano é produzido por diferentes agentes sociais que atuam de forma desigual sobre o território. Em Manaus, essa realidade pode ser observada na coexistência de áreas altamente valorizadas e de extensas periferias caracterizadas por limitações de infra-estrutura urbana. Tal configuração evidencia a produção desigual do espaço metropolitano.

A expansão urbana de Manaus reproduz padrões comuns às metrópoles brasileiras, nos quais a urbanização periférica se consolidou como resultado da ausência de políticas públicas consistentes de habitação e infra-estrutura. Como observa Maricato (2011), esse processo desigual reforça a segregação sócio-espacial e evidencia a precariedade das condições de vida em áreas afastadas do centro. Nesse mesmo sentido, Caldeira (2000) ressalta que a urbanização periférica é marcada por exclusão e fragmentação, empurrando os grupos sociais mais vulneráveis para regiões distantes e carentes de serviços, o que aprofunda as desigualdades e cria barreiras simbólicas e materiais. Em Manaus, tais dinâmicas se manifestam na ocupação de bairros periféricos sem planejamento adequado, revelando a persistência das desigualdades sócio-espaciais na metrópole amazônica.

Segundo o Censo Demográfico 2022 do IBGE, Manaus apresenta uma das situações mais críticas de vulnerabilidade socioambiental entre as capitais brasileiras: mais de 55% da população vive em áreas classificadas como favelas ou aglomerados subnormais, muitas delas localizadas em zonas de risco ambiental, como margens de

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

igarapés e áreas alagáveis. Esse dado evidencia a relação direta entre urbanização periférica, desigualdade social e fragilidade ambiental na metrópole amazônica.

A ampliação das periferias também impõe desafios relacionados à mobilidade urbana, ao acesso à moradia e à oferta de equipamentos públicos. Em muitos bairros periféricos, a população enfrenta longos deslocamentos diários para acessar oportunidades de emprego e serviços essenciais, reforçando as desigualdades sócio-espaciais presentes na metrópole.

O crescimento das periferias urbanas em Manaus está diretamente associado à ausência de planejamento urbano eficaz. Conforme argumenta Santos (1993), o espaço urbano reflete as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista. A rápida expansão populacional, impulsionada pelas migrações, não foi acompanhada por investimentos em infra-estrutura. Isso resultou na formação de áreas periféricas precárias. Dessa forma, a cidade evidencia as contradições do desenvolvimento regional.

Além disso, a segregação sócio-espacial em Manaus manifesta-se na diferenciação entre áreas valorizadas e periferias. De acordo com Lefebvre (1991), o espaço é produzido socialmente e reflete relações de poder. Enquanto algumas áreas concentram investimentos, outras permanecem marginalizadas. Essa desigualdade impacta diretamente a qualidade de vida da população. Assim, o espaço urbano torna-se expressão concreta das desigualdades sociais.

Outro ponto importante refere-se aos impactos ambientais da urbanização periférica. Conforme destaca Becker (2005), a urbanização amazônica ocorre frequentemente sobre áreas ambientalmente frágeis. A ocupação irregular de igarapés e encostas intensifica problemas ambientais e sociais. A ausência de saneamento básico agrava esse cenário. Dessa forma, a vulnerabilidade ambiental está diretamente associada à exclusão social.

Ademais, a dinâmica urbana de Manaus revela a interdependência entre migração e produção do espaço. Segundo Harvey (2014), o desenvolvimento geográfico desigual é uma característica do capitalismo. Os migrantes contribuem para a expansão urbana, mas enfrentam inserção precária. A informalidade no trabalho e na moradia torna-se comum. Assim, a urbanização periférica expressa a desigualdade estrutural do sistema econômico.

O crescimento urbano na Amazônia ocorreu de forma acelerada e, em muitos casos, desordenada. As cidades amazônicas expandiram-se sem planejamento adequado, resultando na ocupação irregular de áreas periféricas, margens de rios, encostas e zonas ambientalmente vulneráveis. Muitos migrantes oriundos do interior do Amazonas ou de outras regiões passam a ocupar áreas periféricas da metrópole marcados pela precariedade habitacional, ausência de saneamento básico, deficiência no transporte público e limitado acesso aos serviços de saúde e educação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo 2022 revelou que mais da metade da população manauara (55,8%) reside em favelas ou comunidades urbanas, o maior percentual entre as capitais brasileiras. Essa realidade demonstra como a expansão urbana desordenada empurrou famílias de baixa renda para áreas ambientalmente frágeis, intensificando tanto a vulnerabilidade social quanto os riscos ambientais, como enchentes e disseminação de doenças.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

Conforme destaca Becker (2005), a Amazônia passou a ser incorporada de maneira mais intensa à dinâmica econômica nacional, desencadeando profundas transformações territoriais e demográficas. Nesse contexto, a cidade de Manaus consolidou-se como principal pólo urbano da região, atraindo fluxos migratórios provenientes do interior do Amazonas e de outras regiões do país.

Assim, a urbanização periférica em Manaus revela as contradições do modelo de desenvolvimento amazônico: enquanto a cidade se consolidou como metrópole regional e pólo econômico da Amazônia, também produziu profundas desigualdades sócio-espaciais, segregação urbana e vulnerabilidades ambientais. A expansão desordenada, associada à lógica capitalista de produção do espaço, evidencia que a metropolização de Manaus não significou necessariamente melhoria das condições de vida para a maior parte da população periférica.

Nesse contexto, Manaus expandiu-se rapidamente sobre áreas ambientalmente frágeis, especialmente igarapés, encostas e zonas periféricas sem planejamento urbano adequado. A expansão urbana de Manaus revela as contradições do modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia. Embora a cidade tenha se consolidado como importante pólo econômico regional, grande parte da população passou a ocupar áreas periféricas sem planejamento urbano adequado.

Nesse sentido, Santos (1993) destaca que “o espaço é o lugar onde se manifestam as desigualdades”, demonstrando que o espaço urbano expressa as relações de poder e as diferenças sociais produzidas pelo capitalismo. Em Manaus, essa desigualdade pode ser observada na forte fragmentação entre áreas valorizadas da cidade e extensas periferias carentes de saneamento básico, transporte público eficiente e equipamentos urbanos.

Sob a ótica de Santos (1993), a urbanização de Manaus demonstra a coexistência de diferentes tempos e rugosidades no espaço. Enquanto o centro e áreas nobres dispõem de sistemas de objetos técnicos avançados, as periferias são marcadas pela escassez e pela “lentidão” do acesso aos direitos básicos. Essa fragmentação sócio-espacial revela que o crescimento da metrópole não é sinônimo de desenvolvimento para todos, mas sim de uma distribuição desigual de infra-estrutura que penaliza aqueles que migraram do campo em busca de cidadania.

A análise Becker (2005) sobre a “urbanização da floresta” ganha contornos dramáticos em Manaus, onde o avanço sobre áreas ambientalmente frágeis, como os igarapés, é a única alternativa de moradia para milhares. Essas ocupações, muitas vezes rotuladas como “irregulares”, são, na verdade, o resultado de uma política habitacional insuficiente frente ao fluxo migratório induzido pelo próprio Estado. O conflito ambiental urbano em Manaus é, portanto, um conflito social territorializado, onde a vulnerabilidade ecológica caminha lado a lado com a vulnerabilidade social.

A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, constituiu um marco decisivo no processo de reestruturação econômica da Amazônia Ocidental. A expansão das atividades industriais, comerciais e de serviços na capital amazonense intensificou os fluxos migratórios provenientes das áreas rurais e do interior do estado, impulsionando um acelerado processo de urbanização e concentração populacional em Manaus, fenômeno que redefiniu as dinâmicas territoriais, sociais e econômicas da região.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

Por fim, a dinâmica descrita por Singer (1980) sobre a atração da força de trabalho para os centros industriais ajuda a explicar a formação de um "exército de reserva" nas periferias manauaras. O migrante rural, ao se deparar com um mercado de trabalho urbano competitivo e muitas vezes excludente, acaba recorrendo à informalidade.

Esse cenário reforça a tese de que Manaus funciona como uma "esponja" que absorve a população expulsa do campo, mas não consegue integrá-la dignamente ao tecido socioeconômico urbano, gerando um ciclo contínuo de pobreza e precariedade habitacional.

A cidade de Manaus representa um importante exemplo das transformações sócio-espaciais relacionadas às migrações na Amazônia. O desenvolvimento econômico impulsionado pela Zona Franca de Manaus atraiu milhares de migrantes provenientes do interior do Amazonas e de outros estados brasileiros.

Todavia, a capacidade de absorção urbana não acompanhou o ritmo do crescimento populacional. Conforme observa Lefebvre (1991), "a cidade é uma projeção da sociedade sobre o solo", refletindo suas contradições e desigualdades. Em Manaus, a expansão urbana avançou sobre áreas ambientalmente frágeis, como igarapés, encostas e zonas periféricas, resultando na ocupação de espaços desprovidos de infra-estrutura adequada. Muitos bairros surgiram por meio de ocupações espontâneas, caracterizadas pela precariedade habitacional, ausência de saneamento básico e dificuldades de acesso aos serviços públicos.

A periferização tornou-se uma das principais características da metropolização manauara. Segundo Harley (2014), "o desenvolvimento geográfico desigual é inerente ao capitalismo". Tal perspectiva auxilia na compreensão de que a segregação sócio-espacial observada em Manaus não é resultado apenas da ausência de planejamento urbano, mas também das dinâmicas econômicas que concentram investimentos e infra-estrutura em determinadas áreas da cidade, enquanto outras permanecem marginalizadas. Permitindo entender por que certas zonas de Manaus recebem investimentos constantes em embelezamento e logística, enquanto bairros periféricos permanecem em um estado de "eterna carência". A segregação não é apenas física, mas simbólica, criando barreiras que impedem o migrante de se sentir parte integrante da "metrópole moderna". O espaço urbano torna-se, assim, um campo de forças.

A produção do espaço urbano em Manaus não pode ser dissociada da lógica de acumulação do capital que, conforme Lefebvre (1991), molda a cidade para atender a interesses econômicos específicos. A metrópole amazonense, ao se consolidar como um centro industrial globalizado via Zona Franca, criou uma "cidade-mercadoria" onde o solo urbano é valorizado de forma seletiva. Esse processo empurra as massas migrantes para as bordas da cidade, onde a reprodução da vida ocorre de forma precária, evidenciando que a periferização é a face visível da exclusão necessária para a manutenção do modelo econômico vigente.

Essa fragmentação sócio-espacial revela que o crescimento da metrópole não é sinônimo de desenvolvimento para todos, mas sim de uma distribuição desigual de infra-estrutura que penaliza aqueles que migraram do campo em busca de cidadania.



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

Nas cidades amazônicas, o crescimento das periferias também está associado a impactos ambientais, como desmatamento, ocupação de áreas de risco, poluição dos rios e aumento da pressão sobre os recursos naturais. Dessa forma, as migrações rurais não apenas modificam a composição demográfica das cidades, mas também transformam profundamente o espaço urbano amazônico.

O crescimento industrial e comercial da capital amazonense intensificou o deslocamento populacional do campo para a cidade, ampliando significativamente a população urbana. Como consequência, ocorreu a expansão acelerada das áreas periféricas, muitas vezes sem infra-estrutura adequada.

Bairros periféricos surgiram a partir de ocupações espontâneas, caracterizadas pela ausência de planejamento urbano e pela precariedade dos serviços públicos. Nessas áreas, os problemas relacionados à mobilidade urbana, saneamento, violência e exclusão social tornaram-se cada vez mais evidentes. Além disso, muitos migrantes mantêm vínculos econômicos e culturais com o espaço rural, demonstrando que as relações entre campo e cidade permanecem interligadas na dinâmica amazônica.

A expansão urbana de Manaus evidencia como os fluxos migratórios influenciam diretamente a organização do espaço geográfico regional, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável. Assim, a urbanização periférica da metrópole de Manaus expressa as profundas contradições do desenvolvimento amazônico contemporâneo. Apesar do crescimento econômico e da consolidação da cidade como centro regional, persistem desigualdades sócio-espaciais que evidenciam a exclusão social, a segregação urbana e a precarização das periferias.

2.2 - Impactos Sociais e Territoriais das Migrações

Os impactos sociais das migrações podem ser observados na transformação das relações familiares, comunitárias e culturais. A mudança para os centros urbanos exige adaptações constantes dos migrantes, que precisam reconstruir redes de sociabilidade e estratégias de sobrevivência em novos contextos territoriais.

Figura 2 – Migrantes trabalham na informalidade em Manaus de 2025.



Fonte: (KETHELEN NASCIMENTO, 2025).

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

Do ponto de vista econômico, os deslocamentos populacionais influenciam diretamente a organização do mercado de trabalho urbano. Muitos migrantes passam a atuar em atividades informais, caracterizadas pela instabilidade e pela ausência de garantias trabalhistas, ampliando situações de vulnerabilidade social.

Territorialmente, as migrações contribuem para redefinir fluxos, redes e conexões entre diferentes localidades amazônicas. Conforme Haesbaert (2004), os processos de reterritorialização revelam a capacidade dos sujeitos de produzir novos vínculos espaciais, preservando elementos identitários mesmo diante das mudanças impostas pelos deslocamentos.

Os impactos sociais das migrações vão além das transformações econômicas, atingindo também as dimensões culturais e identitárias. Conforme destaca Rogério Haesbaert (2004), os processos de desterritorialização implicam a perda de vínculos simbólicos com o território de origem. Os migrantes enfrentam desafios na reconstrução de suas relações sociais. Ao mesmo tempo, contribuem para a diversidade cultural urbana. Assim, a migração envolve perdas e reconstruções simultâneas.

No campo territorial, as migrações reconfiguram as relações entre diferentes espaços. Segundo Santos (1993), o território é resultado de múltiplas interações sociais e econômicas. A circulação de pessoas intensifica conexões entre áreas rurais e urbanas. Isso evidencia a fluidez das fronteiras territoriais na Amazônia. Dessa forma, o espaço torna-se cada vez mais dinâmico e interdependente.

Outro impacto significativo refere-se à sobrecarga das infra-estruturas urbanas. De acordo com Singer (1980), o crescimento urbano atrai trabalhadores que nem sempre são absorvidos pelo mercado formal. Isso resulta na ampliação da informalidade e da precarização do trabalho. A insuficiência de políticas públicas agrava esse cenário. Assim, os migrantes tornam-se um dos grupos mais vulneráveis nas cidades.

Por fim, é importante destacar que as migrações também geram processos de resistência social. Conforme analisa Martins (1991), os trabalhadores desenvolvem estratégias para enfrentar a exclusão. Redes de solidariedade e práticas coletivas emergem nas periferias urbanas. Essas ações contribuem para a construção de novas territorialidades. Portanto, as migrações devem ser compreendidas como fenômenos contraditórios e dinâmicos.

As migrações rurais na Amazônia produzem impactos significativos tanto no campo quanto nas cidades. No meio rural, observa-se a redução da população economicamente ativa, o envelhecimento populacional e a diminuição da agricultura familiar em determinadas áreas.

O processo de expulsão do homem do campo para a cidade pode ser compreendido como uma das principais expressões das contradições da questão agrária brasileira, sobretudo na Amazônia, onde a expansão capitalista sobre o território intensificou conflitos fundiários, desigualdades sociais e deslocamentos populacionais.

Ao chegarem aos espaços urbanos, grande parte desses migrantes passa a ocupar áreas periféricas marcadas pela precariedade habitacional, ausência de saneamento básico, desemprego e informalidade. Dessa forma, as contradições originadas no campo são transferidas para a cidade, produzindo um urbano periférico profundamente desigual. Segundo o IBGE (2022), aproximadamente 38% dos

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

migrantes rurais na Amazônia encontram-se em ocupações informais, com rendimentos médios inferiores a um salário mínimo, o que limita o acesso a serviços básicos e amplia a vulnerabilidade social. Além disso, cerca de 45% dessas famílias residem em áreas periféricas sem acesso adequado a saneamento básico, revelando a precariedade das condições habitacionais. Como observa Singer (1980), “o crescimento urbano atrai trabalhadores que nem sempre são absorvidos pelo mercado formal”, o que reforça a precarização do trabalho e a sobrecarga das infra-estruturas urbanas. Esses dados evidenciam que a migração rural-urbana não apenas transfere desigualdades do campo para a cidade, mas também intensifica a segregação sócio-espacial. A periferização urbana amazônica revela, portanto, a continuidade da questão agrária em outro espaço social.

Nesse sentido, as reflexões permitem compreender que o processo de expulsão do homem do campo para a cidade não decorre de escolhas individuais, mas das transformações estruturais promovidas pela expansão do capital sobre o território amazônico. A migração rural-urbana torna-se, assim, resultado das desigualdades agrárias, da concentração da terra e de exclusão social, historicamente construídas no Brasil.

Portanto, compreender os impactos das migrações no espaço amazônico exige uma análise integrada das dimensões sociais, econômicas, ambientais e territoriais.

No âmbito da Geografia Agrária, conforme as contribuições de Oliveira (2007), a saída maciça de trabalhadores do campo compromete a estrutura produtiva da agricultura familiar. O envelhecimento populacional no meio rural e o abandono de terras cultiváveis impactam diretamente a soberania alimentar da região, uma vez que o agronegócio foca na exportação de commodities e não no abastecimento local. Assim, o impacto territorial da migração é duplo: desertifica-se socialmente o campo e sobrecarrega-se estruturalmente a cidade.

Nas cidades, os impactos são percebidos no aumento da demanda por moradia, transporte, saúde, educação e emprego. A insuficiência de políticas públicas contribui para o agravamento das desigualdades sociais e da segregação urbana.

Outro aspecto relevante refere-se às transformações culturais decorrentes da migração. Os migrantes levam consigo práticas culturais, conhecimentos tradicionais e formas de sociabilidade que passam a integrar o cotidiano urbano amazônico.

Do ponto de vista territorial, as migrações contribuem para a redefinição das relações entre espaço rural e urbano. A Amazônia contemporânea apresenta uma dinâmica marcada pela intensa circulação de pessoas, mercadorias e informações, evidenciando a interdependência entre diferentes territórios.

O processo de migração rural na Amazônia desencadeia o que Haesbaert (2004) identifica como um complexo fenômeno de “desterritorialização”. Para o migrante, a saída do campo não significa apenas uma mudança de endereço, mas a perda de seus laços territoriais tradicionais e de suas referências identitárias vinculadas à terra e ao rio. Ao chegar à periferia urbana, esse sujeito precisa “reterritorializar-se” em condições adversas, muitas vezes em espaços que não refletem sua cultura e modo de vida, o que gera impactos psicológicos e sociais profundos na unidade familiar.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

As reflexões de Martins (1991) sobre a violência e a expropriação no campo mostram que o migrante rural traz consigo as cicatrizes de conflitos agrários não resolvidos. Ao se instalar no urbano periférico, essas contradições agrárias são "urbanizadas", transformando a luta pela terra rural em luta por moradia urbana. Esse deslocamento da questão agrária para o interior da metrópole revela que os problemas da Amazônia urbana não podem ser solucionados sem enfrentar a desigualdade na distribuição de terras no interior da região.

A interdependência entre os territórios, destacada por Trindade (2010), revela que as fronteiras entre o rural e o urbano na Amazônia são fluidas e permeáveis. A circulação constante de migrantes que retornam sazonalmente às suas comunidades de origem cria uma rede de fluxos que mantém viva a conexão com o campo. Esse "trânsito" territorial evidencia que a migração não é um processo de via única, mas sim uma estratégia de sobrevivência multifacetada que conecta a periferia de Manaus aos mais remotos interior da floresta através de remessas financeiras, informações e afetos.

No contexto amazônico, um dos impactos territoriais mais evidentes é a consolidação de uma rede urbana desigual e hierarquizada, na qual as periferias das grandes cidades se tornam espaços de acolhimento de populações deslocadas por transformações econômicas e territoriais ocorridas no campo.

Dessa forma, os impactos sociais e territoriais das migrações constituem elementos fundamentais na produção do espaço amazônico contemporâneo, evidenciando a necessidade de políticas públicas e estratégias de planejamento regional comprometidas com a redução das desigualdades e com a promoção da justiça sócio-espacial.

Conclui-se que as migrações do campo para a cidade não representam apenas uma mudança geográfica da população, mas também a transferência de desigualdades historicamente construídas no meio rural para o espaço urbano. Esse processo contribui para o crescimento de áreas periféricas marcadas pela precariedade das condições de moradia, pela insuficiência de infra-estrutura e pela limitação do acesso a serviços básicos.

Considerações Finais

Os resultados da pesquisa demonstram que as migrações rurais na Amazônia contemporânea não se resumem à mudança de pessoas de um lugar para outro. Trata-se de um fenômeno social e territorial complexo, que reflete as transformações históricas vivenciadas pela região e contribui diretamente para a produção e reorganização do espaço amazônico. Ao deslocarem-se em busca de melhores condições de vida, trabalho e acesso a serviços, milhares de famílias carregam consigo experiências, saberes e necessidades que passam a moldar novas territorialidades, tornando as migrações um componente fundamental na compreensão da realidade amazônica atual.

No âmbito da Geografia Agrária, fica claro que a concentração fundiária e o avanço de grandes projetos de infra-estrutura, como rodovias e hidrelétricas, atuam como vetores de expulsão do homem do campo. A expropriação descrita por Martins (1991) manifesta-se na perda das condições materiais de reprodução da vida camponesa,

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

ribeirinha e indígena, gerando processos de desterritorialização traumáticos. O campo amazônico, muitas vezes visto apenas como um repositório de recursos naturais, torna-se um palco de conflitos territoriais onde a hegemonia do capital impõe o êxodo rural como única alternativa. Assim, o impacto territorial da migração é duplo: promove um esvaziamento social no campo e sobrecarrega estruturalmente as cidades.

A análise da metrópole de Manaus exemplifica como as contradições do modelo de desenvolvimento amazônico se materializam no espaço urbano. A criação da Zona Franca de Manaus funcionou como uma "esponja", atraindo fluxos migratórios maciços que a cidade não foi capaz de integrar dignamente. A expansão acelerada e desordenada da capital amazonense resultou na ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como igarapés e encostas, evidenciando que a vulnerabilidade ecológica caminha lado a lado com a vulnerabilidade social. Manaus revela-se, portanto, como uma cidade fragmentada, onde a modernidade industrial coexiste com periferias marcadas pela escassez de serviços básicos e pela precariedade habitacional.

A segregação sócio-espacial observada na metrópole não é fruto do acaso, mas de um desenvolvimento geográfico desigual inerente à lógica de acumulação de capital. Enquanto áreas valorizadas recebem investimentos constantes em infra-estrutura e estética, as periferias permanecem em um estado de carência eterna, servindo como depósitos para o "exército de reserva" de mão de obra informal. Essa distribuição desigual de equipamentos urbanos penaliza justamente aqueles que migraram do campo em busca de cidadania, transformando o espaço urbano em um campo de forças onde o solo é valorizado de forma seletiva. A periferização é, em última análise, a face visível da exclusão necessária para manter o modelo econômico vigente na região.

É fundamental reconhecer que o migrante rural, ao chegar à cidade, carrega consigo as cicatrizes de conflitos agrários não resolvidos, transferindo a luta pela terra para a luta por moradia urbana. O processo de "reterritorialização" em condições adversas impõe perdas de referências identitárias e laços tradicionais vinculados aos rios e à floresta. No entanto, esses sujeitos não perdem totalmente o vínculo com suas origens; a circulação constante de pessoas e informações cria redes fluidas que conectam as periferias urbanas aos lugares mais remotos da Amazônia. Essa interdependência demonstra que as fronteiras entre o rural e o urbano são permeáveis, e a cultura migrante passa a redefinir o cotidiano das cidades amazônicas.

A partir dos apontamentos realizados, observa-se que o crescimento das periferias também gera impactos ambientais severos, como o desmatamento urbano e a poluição de corpos hídricos. O conflito ambiental em Manaus deve ser lido como um conflito social territorializado, onde a ocupação de áreas de risco é, muitas vezes, a única alternativa habitacional para populações marginalizadas pelo Estado. A ausência de políticas habitacionais eficazes, frente aos fluxos migratórios induzidos pelas próprias políticas econômicas estatais, agrava o quadro de desigualdade sócio-espacial. Portanto, a urbanização periférica na Amazônia é o reflexo de um planejamento urbano que ignora as necessidades da maior parte de sua população.

Como contribuição para pesquisas futuras, torna-se urgente que as políticas públicas integrem as dimensões agrária e urbana para enfrentar os desafios da região. É necessário o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia da soberania alimentar



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

como estratégias para reduzir o êxodo rural e fixar o homem no campo com dignidade. No âmbito urbano, as intervenções devem focar na regularização fundiária, no saneamento básico e na oferta de transporte eficiente em áreas periféricas, buscando a redução das desigualdades. O planejamento regional precisa considerar a Amazônia não apenas como uma fronteira de recursos, mas como um espaço habitado que exige justiça sócio-espaçial.

Em conclusão, as migrações rurais e a urbanização periférica são faces da mesma moeda: a produção contraditória do espaço amazônico sob a lógica do capital. Este estudo reafirma que não há solução para os problemas urbanos de Manaus e de outras cidades da região sem que se enfrente a questão agrária e a desigualdade na distribuição de terras no interior. A busca por uma Amazônia mais justa passa, necessariamente, pela democratização do acesso ao território, tanto no campo quanto na cidade. Que esta pesquisa sirva como subsídio para reflexões críticas e para a formulação de estratégias comprometidas com a dignidade das populações que constroem e reconstróem esse vasto espaço geográfico.

Apesar de ter alcançado o objetivo de analisar os impactos sociais e territoriais das migrações rurais na Amazônia, este estudo apresenta como limitação a ausência de dados quantitativos mais detalhados sobre renda, trabalho e moradia, que poderiam reforçar a argumentação e ampliar a compreensão das desigualdades. Essa limitação, contudo, abre espaço para pesquisas futuras voltadas à coleta e sistematização de informações empíricas, capazes de subsidiar políticas públicas mais eficazes e aprofundar o debate sobre a relação entre a questão agrária e a urbanização periférica na região.

Referências

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Territórios agrihidroflorestais em disputas nas Amazonas do Oeste do Pará: (re)existências dos povos amazônicos das terras-águas-florestas e a invasão do agronegócio. 2023. Tese (Doutorado) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA SILVA, Ricardo G. da. (Orgs.). Geografia, território e sociedade na Amazônia. –Porto Velho: Temática Editora e PPGG/UNIR, 2022.



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. Espaços do capitalismo global: para uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual. São Paulo: Annablume, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: resultados preliminares – Manaus. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Anthropos, 1991.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

NASCIMENTO, Ketlen. Mais da metade da população ocupada no Amazonas ainda trabalha na informalidade, diz IBGE. 2025. Fotografia. Disponível em: <<https://realtime1.com.br/mais-da-metade-da-populacao-ocupada-no-amazonas-ainda-trabalha-na-informalidade-diz-ibge/>>. Acesso em: 18 de junho de 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PORTAL EM TEMPO. Ocupações irregulares avançam sobre áreas de risco em Manaus. Manaus, 16 maio 2026. Disponível em: <<https://emtempo.com.br>>. Acesso em: 14 jul. 2026

ROCHA, Sandoval Alves. Favelização revela a crise socioambiental de Manaus. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br>>. Acesso em: 14 jul. 2026.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP, 1999.



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1665645

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TERENA, Eloy. Amazonas registra 98 conflitos no campo e mais de 116 mil pessoas afetadas. 2026. Fotografia. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/DZYZHjCD0xt/>>. Acesso em: 18 de junho de 2026.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: urbanização e desenvolvimento na Amazônia brasileira. Belém: UFPA, 2010.